

**HABEAS CORPUS Nº 548.921 - SP (2019/0358390-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
BRUNO SHIMIZU - SP281123  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : GABRIEL DA SILVA SOUZA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado com pedido de liminar em benefício de GABRIEL DA SILVA SOUZA no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – Apelação Criminal n. 15010262018.8.26.0616.

Depreende-se dos autos que o paciente foi denunciado pela suposta prática da conduta descrita no art. 157, § 2º, inciso II, por duas vezes, na forma do art. 69, ambos do Código Penal.

Superadas as demais fases processuais, o paciente foi condenado à pena de 10 anos e 8 meses de reclusão, a ser cumprida inicialmente no regime fechado.

Contra o édito condenatório insurgiu-se a defesa.

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo deu parcial provimento ao recurso defensivo para redimensionar a reprimenda para o patamar de 6 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão, em regime inicial fechado. Eis a ementa do acórdão (e-STJ fl. 62):

*APELAÇÃO - ROUBO AGRAVADO - CONCURSO DE AGENTES - MATÉRIA PRELIMINAR - DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA - INOCORRÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA - AUSÊNCIA DE NULIDADE QUANTO AO RECONHECIMENTO DOS RÉUS - FORMALIDADE NÃO É ESSENCIAL À VALIDADE DESTA ESPÉCIE DE PROVA - AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADAS - RECONHECIMENTO DA CONTINUIDADE DELITIVA ENTRE OS CRIMES - REDUÇÃO DAS PENAS - REGIME FECHADO COMPATÍVEL COM AS CIRCUNSTÂNCIAS DAS PRÁTICAS ILÍCITAS EM TELA - RECURSOS PARCIALMENTE PROVIDOS.*

# Superior Tribunal de Justiça

No Superior Tribunal de Justiça, destaca a Defensoria Pública que inexistente fundamentação idônea à fixação de regime mais gravoso do que abstratamente previsto para o *quantum* da pena. Ressalta que o posicionamento do Tribunal de origem vai de encontro a enunciados sumulares do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

Diante disso, pede, em sede liminar e no mérito, a fixação de regime menos gravoso para cumprimento da reprimenda.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência, notadamente porque consta do acórdão recorrido a gravidade diferenciada com que foi perpetrado o delito, havendo abordagem das vítimas em via pública, com coordenado concurso e utilização de simulacro de arma de fogo.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Devidamente instruídos os autos, abra-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator